

Prova Escrita Objetiva – Nível Superior

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - ESPECIALIDADE - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
 - Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
 - Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
 - Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
 - Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
 - Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
 - O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
 - Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
 - A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos
 - Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- Boa Sorte!

Língua Portuguesa

Texto 1 – Preâmbulo

O cristianismo impregna, com maior ou menor evidência, a vida cotidiana, os valores e as opções estéticas até mesmo dos que o ignoram. Ele contribui para o desenho da paisagem dos campos e das cidades. Às vezes, ganha destaque no noticiário. Contudo, os conhecimentos necessários à interpretação dessa presença se apagam com rapidez. Com isso, a incompreensão aumenta.

Admirar o monte Saint-Michel e os monumentos de Roma, de Praga ou de Belém, deleitar-se com a música de Bach ou de Messiaen, contemplar os quadros de Rembrandt, apreciar verdadeiramente certas obras de Stendhal ou de Victor Hugo implica poder decifrar as referências cristãs que constituem a beleza desses lugares e dessas obras-primas. Entender os debates mais recentes sobre a colonização, as práticas humanitárias, a bioética, o choque de culturas também supõe um conhecimento do cristianismo, dos elementos fundamentais da sua doutrina, das peripécias que marcaram sua história, das etapas da sua adaptação ao mundo.

Foi nessa perspectiva que nos dirigimos a eminentes especialistas. Propusemos a eles que pusessem seu saber à disposição dos leitores de um vasto público culto. Isso, sem o peso da erudição, sem o emprego de um vocabulário excessivamente especializado, sem eventuais alusões a um suposto conhecimento prévio, que não tem mais uma existência real, e, claro, sem intenção de proselitismo. (*História do Cristianismo*, org. Alain Corbin. São Paulo: Martins Fontes. 2009. p.XIII).

1

Considerando-se que o texto 1 serve de preâmbulo ao livro “História do Cristianismo”, organizado por Alain Corbin, é correto afirmar que a principal finalidade dessa obra é, segundo o primeiro parágrafo do texto:

- (A) indicar de forma clara os fatos cotidianos impregnados pelo cristianismo;
- (B) apontar as opções estéticas que são ignoradas por muitos;
- (C) identificar a contribuição do cristianismo no desenho da paisagem dos campos e das cidades;
- (D) mostrar as razões que levam o cristianismo a ganhar destaque nos noticiários;
- (E) divulgar os conhecimentos para a interpretação da presença do cristianismo em nossa vida e cultura.

2

Independentemente da posição no texto 1, se substituíssemos os complementos dos verbos abaixo por pronomes pessoais oblíquos enclíticos, a única forma INADEQUADA seria:

- (A) impregna a vida cotidiana / impregna-a;
- (B) entender os debates / entendê-los;
- (C) ganha destaque / ganha-o;
- (D) supõe um conhecimento / supõe-lo;
- (E) marcaram sua história / marcaram-na.

3

No período inicial do texto 1 - *O cristianismo impregna, com maior ou menor evidência, a vida cotidiana, os valores e as opções estéticas até mesmo dos que o ignoram.* – ocorre um exemplo de linguagem figurada, denominada antítese, estruturada na oposição semântica *maior/menor*.

Os vocábulos abaixo que também serviriam para estruturar uma antítese são:

- (A) Às vezes ganha *destaque* ou *relevância* no noticiário.
- (B) Entender os debates mais *recentes* ou *anacrônicos*...
- (C) ...eventuais alusões a um suposto conhecimento *prévio* ou *previsto*.
- (D) ...as práticas *humanitárias* ou *filantrópicas*...
- (E) ..que nos dirigimos a *eminentes* ou *desprestigiados* especialistas.

4

Segundo nossas gramáticas, a classe dos adjetivos expressa semanticamente: características, qualidades, estados e relações. O adjetivo abaixo que expressa uma característica é:

- (A) referências cristãs;
- (B) vida cotidiana;
- (C) opções estéticas;
- (D) vasto público;
- (E) elementos fundamentais.

5

Segundo o autor do texto 1, a qualidade que **NÃO** vai estar presente em seu livro é:

- (A) divulgação clara de conhecimentos;
- (B) veiculação de conhecimentos especializados;
- (C) simplicidade vocabular;
- (D) predomínio da denotação sobre a conotação;
- (E) democratização temática.

6

Ao dizer que o livro é escrito “sem intenção de proselitismo”, o autor quer dizer que o livro NÃO pretende:

- (A) converter ninguém ao cristianismo;
- (B) atacar as religiões contrárias;
- (C) valorizar excessivamente a doutrina cristã;
- (D) ocultar a verdade dos fatos;
- (E) ser parcial na avaliação da história.

7

“...implica poder decifrar as referências cristãs...”; a forma reduzida sublinhada fica convenientemente substituída por uma oração em forma desenvolvida na seguinte opção:

- (A) a possibilidade de decifrar as referências cristãs;
- (B) a possibilidade de decifração das referências cristãs;
- (C) que se pudessem decifrar as referências cristãs;
- (D) que possamos decifrar as referências cristãs;
- (E) a possibilidade de que decifrásemos as referências cristãs.

8

“Entender os debates mais recentes sobre a colonização, as práticas humanitárias, a bioética, o choque de culturas também / supõe um conhecimento do cristianismo, dos elementos fundamentais da sua doutrina, das peripécias que marcaram sua história, das etapas da sua adaptação ao mundo”.

O trecho acima foi separado em duas partes por uma barra inclinada. Sobre o emprego das vírgulas nessas duas partes, é correto afirmar que:

- (A) marcam a presença de enumerações de termos nas duas partes;
- (B) indicam, respectivamente, a presença de aposto e da enumeração de termos;
- (C) documentam a presença de apostos explicativos nos dois segmentos;
- (D) mostram, nos dois segmentos, inserções de termos;
- (E) indicam, respectivamente, a presença de enumeração e de aposto explicativo.

9

“O cristianismo impregna, com maior ou menor evidência, a vida cotidiana, os valores e as opções estéticas até mesmo dos que o ignoram. Ele contribui para o desenho da paisagem dos campos e das cidades. Às vezes, ganha destaque no noticiário. Contudo, os conhecimentos necessários à interpretação dessa presença se apagam com rapidez. Com isso, a incompreensão aumenta”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há alguns elementos que estabelecem relações anafóricas com termos anteriores; o elemento que se refere a uma oração anterior é:

- (A) os;
- (B) que;
- (C) o;
- (D) isso;
- (E) essa.

10

“O cristianismo impregna, com maior ou menor evidência, a vida cotidiana, os valores e as opções estéticas até mesmo dos que o ignoram. Ele contribui para o desenho da paisagem dos campos e das cidades. Às vezes, ganha destaque no noticiário. Contudo, os conhecimentos necessários à interpretação dessa presença se apagam com rapidez. Com isso, a incompreensão aumenta”.

Nesse primeiro parágrafo do texto 1 há referências aos espaços em que o Cristianismo está presente e, no segundo parágrafo, há uma especificação dessa referência. Assinale a opção em que a especificação está **INADEQUADA**:

- (A) “vida cotidiana” / música de Bach;
- (B) “opções estéticas” / quadros de Rembrandt;
- (C) “desenho dos campos” / monte Saint-Michel;
- (D) “desenho das cidades” / monumentos de Roma;
- (E) “destaque no noticiário” / debates sobre o choque de culturas.

11

Para argumentar que a presença do Cristianismo é importante em nossa civilização, o autor do texto 1 apela para:

- (A) um testemunho de autoridade;
- (B) opiniões pessoais;
- (C) citação de exemplos;
- (D) ampla documentação;
- (E) pesquisa histórica.

12

O texto 1 apresenta alguns termos precedidos da preposição COM; os segmentos em que o valor semântico dessa preposição é idêntico são:

- (A) “com maior ou menor evidência” / “com isso”;
- (B) “com rapidez” / com a música de Bach”;
- (C) “com maior ou menor evidência” / com rapidez;
- (D) “com a música de Bach” / com maior ou menor evidência”;
- (E) “com isso” / com rapidez.

13

No último parágrafo do texto 1, o autor organizador do livro alude a uma série de características desse tipo de texto; as duas características abaixo que ele objetiva atingir e que estão explicitamente expressas no texto são:

- (A) imparcialidade / credibilidade;
- (B) credibilidade / erudição;
- (C) autoridade / clareza;
- (D) clareza / imparcialidade;
- (E) erudição / autoridade.

Texto 2 – Comunicação Política na Suíça

Os cidadãos suíços são convocados a se pronunciar periodicamente, de quatro a cinco vezes por ano aproximadamente, sobre um total de quinze temas da atualidade política. Além de cada uma dessas votações populares, os cidadãos são convidados a dar suas opiniões (votando simplesmente sim ou não) sobre três ou quatro problemas de interesse nacional, aos quais se acrescentam alguns tópicos especiais dos cantões e das comunas. Esse sistema repousa sobre a iniciativa popular e sobre o referendium, que permitem a uma minoria, respectivamente 100.000 cidadãos, no caso da iniciativa popular, e 50.000, no caso do referendium, obrigar o conjunto do país a se interessar sobre o que a preocupa. (*Argumentação*, Hermès. Paris: CNRS Edições. 2011, p. 58)

14

O texto 2 emprega as formas verbais “são convocados” e “são convidados” em referência aos cidadãos suíços. Se bem empregadas, essas formas deveriam referir-se, respectivamente, a:

- (A) presença obrigatória / participação voluntária;
- (B) participação optativa / participação optativa;
- (C) participação voluntária / presença incentivada;
- (D) presença incentivada / participação obrigatória;
- (E) presença obrigatória / presença obrigatória.

15

O texto 2 foi elaborado com a finalidade de:

- (A) criticar o excesso de consultas populares na suíça;
- (B) noticiar algo desconhecido pelos demais países;
- (C) elogiar um sistema de grande participação popular;
- (D) indicar o sistema como ideal para o Brasil;
- (E) ironizar sobre uma estrutura política ultrapassada.

16

A frase abaixo que se estrutura sobre uma intertextualidade é:

- (A) “Política é a arte de obter votos dos pobres e dinheiro dos ricos, prometendo a cada grupo defendê-lo contra o outro”. (O. Ameringer)
- (B) “Democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo, apesar do povo”. (Anônimo)
- (C) “Democracia é o abuso da estatística”. (J. L. Borges)
- (D) “Em ano eleitoral, o ar está cheio de discursos, e vice-versa”. (F. Nolau)
- (E) “Mentir às pessoas para obter dinheiro é fraude. Mentir para obter votos é política”. (Anônimo)

17

O texto abaixo que carece de coerência é:

- (A) “Democracia é como nadar. Aprende-se praticando”. (Abdel-Hadi)
- (B) “Todo político em busca de reeleição é um animal perigoso”. (Sanguinetti)
- (C) “A maior contribuição que alguns políticos podem dar ao país é perder as eleições”. (Ciro Pellicano)
- (D) “A ânsia de salvar a humanidade é quase sempre um disfarce para a ânsia de governá-la”. (Mencken)
- (E) “Um político honesto é aquele que, quando comprado, permanece comprado”. (Simon Cameron)

18

“Além de cada uma dessas votações populares, os cidadãos são convidados a dar suas opiniões (votando simplesmente sim ou não) sobre três ou quatro problemas de interesse nacional, aos quais se acrescentam alguns tópicos especiais dos cantões e das comunas. Esse sistema repousa sobre a iniciativa popular e sobre o referendun, que permitem a uma minoria, respectivamente 100.000 cidadãos, no caso da iniciativa popular, e 50.000, no caso do referendun, obrigar o conjunto do país a se interessar sobre o que a preocupa”.

O termo sublinhado no segmento acima que mostra seu antecedente textual de forma INADEQUADA é:

- (A) suas / cidadãos;
- (B) aos quais / problemas;
- (C) esse sistema / votações, opiniões e tópicos especiais;
- (D) que / o;
- (E) a / iniciativa popular.

19

“Além de cada uma dessas votações populares, os cidadãos são convidados a dar suas opiniões (votando simplesmente sim ou não) sobre três ou quatro problemas de interesse nacional, aos quais se acrescentam alguns tópicos especiais dos cantões e das comunas. Esse sistema repousa sobre a iniciativa popular e sobre o referendun, que permitem a uma minoria, respectivamente 100.000 cidadãos, no caso da iniciativa popular, e 50.000, no caso do referendun, obrigar o conjunto do país a se interessar sobre o que a preocupa”.

O comentário adequado sobre os componentes desse segmento do texto 2 é:

- (A) “Além de” mostra ideia de lugar;
- (B) “acrescentam” concorda com “problemas”;
- (C) “respectivamente” indica ordem de termos no texto;
- (D) a preposição “a” em “a se interessar” é de uso opcional;
- (E) em “iniciativa popular”, o adjetivo indica qualidade.

20

Entre as palavras abaixo, retiradas dos textos 1 e 2, aquela que só existe com acento gráfico é:

- (A) história;
- (B) evidência;
- (C) até;
- (D) país;
- (E) humanitárias.

21

Entre as frases abaixo, retiradas dos textos 1 e 2, aquela em que a preposição sobre tem valor diferente do dos demais casos é:

- (A) “Os cidadãos suíços são convocados a se pronunciar periodicamente, de quatro a cinco vezes por ano aproximadamente, sobre um total de quinze temas da atualidade política”. (texto 2)
- (B) “Além de cada uma dessas votações populares, os cidadãos são convidados a dar suas opiniões (votando simplesmente sim ou não) sobre três ou quatro problemas de interesse nacional, aos quais se acrescentam alguns tópicos especiais dos cantões e das comunas”. (texto 2)
- (C) “Esse sistema repousa sobre a iniciativa popular e sobre o referendun, que permitem a uma minoria...”. (texto 2)
- (D) “...obrigar o conjunto do país a se interessar sobre o que a preocupa”. (texto 2)
- (E) “Entender os debates mais recentes sobre a colonização, as práticas humanitárias, a bioética, o choque de culturas...”. (texto 1)

22

Cidadãos e *opiniões* são substantivos formados com o sufixo -ão, que fazem seus plurais, exata e respectivamente, como:

- (A) escrivão / vulcão;
- (B) cristão / ademão;
- (C) anão / corrimão;
- (D) chorão / ancião;
- (E) cartão / aldeão.

23

“Além de cada uma dessas votações populares, os cidadãos são convidados a dar suas opiniões (votando simplesmente sim ou não) sobre três ou quatro problemas de interesse nacional, aos quais se acrescentam alguns tópicos especiais dos cantões e das comunas”.

O termo entre parênteses – votando simplesmente sim ou não – indica:

- (A) explicação;
- (B) retificação;
- (C) conclusão;
- (D) meio;
- (E) finalidade.

24

O texto 2 representa o modelo didático de textos; sobre a estrutura desse gênero textual, a afirmativa INADEQUADA é:

- (A) o enunciador do texto detém algum saber;
- (B) o saber veiculado pelo texto deve ir ao encontro de algum interesse dos possíveis leitores;
- (C) o texto deve conter elementos de motivação pelo conteúdo veiculado;
- (D) para sua mais eficiente leitura, o enunciador do texto deve produzi-lo com a preocupação da clareza;
- (E) a seleção vocabular deve mostrar, por sua especificidade, a competência do enunciador sobre o tema.

Noções de Direito Público

25

Pedro e José, membros do diretório nacional de um partido político, ficaram muito preocupados com a grave crise financeira que assola o País, pois estava afetando as contribuições dos seus correligionários. Preocupados com esse estado de coisas, procuraram determinados governantes da América do Sul, cuja plataforma política era semelhante à do seu partido, e solicitaram que fossem feitas doações de natureza financeira.

À luz da sistemática constitucional brasileira, é correto afirmar que as doações almejadas:

- (A) somente são possíveis se previamente aprovadas pela Justiça Eleitoral;
- (B) são admissíveis, desde que não ultrapassem o limite estabelecido na lei de regência;
- (C) não são admissíveis em hipótese alguma;
- (D) somente são admissíveis se celebrado tratado internacional com esse objetivo;
- (E) são admissíveis, desde que a aplicação dos recursos nas finalidades partidárias seja atestada pela Justiça Eleitoral.

26

Edílio, dias após ser empossado como Deputado Estadual, foi informado de que possuía um tipo de imunidade material no exercício da função, o que impedia que certos atos por ele praticados ensejassem as mesmas consequências que ensejariam para uma pessoa comum.

Considerando o sistema jurídico-constitucional brasileiro, é correto afirmar que configura imunidade dessa natureza a impossibilidade de o referido parlamentar ser:

- (A) responsabilizado, durante o mandato, por qualquer ato estranho à função;
- (B) processado, durante ou após o término do mandato, sem prévia autorização da Assembleia Legislativa;
- (C) processado, durante o mandato, sem prévia autorização da Assembleia Legislativa;
- (D) responsabilizado pelas opiniões, palavras e votos vinculados ao exercício do mandato;
- (E) preso, em qualquer hipótese, após a expedição do respectivo diploma.

27

Maria disse a Eliomar que tinha conhecimento de um grande esquema de desvio de recursos públicos e tencionava ajuizar uma ação popular para obrigar os responsáveis a devolver o dinheiro desviado. Antes de procurar um advogado, leu a Constituição da República Federativa do Brasil e constatou que somente o cidadão poderia ajuizar referida ação.

No sistema jurídico-constitucional brasileiro, considera-se cidadão quem:

- (A) realizou o seu alistamento eleitoral;
- (B) possui nacionalidade brasileira, nata ou não;
- (C) é brasileiro nato;
- (D) tem mais de dezoito anos;
- (E) é brasileiro nato e reside no território brasileiro.

28

Augusto foi convidado, pelo Prefeito do Município em que vive, para ingressar no serviço público. Logo após a conversa, consultou a legislação municipal e constatou que o Município dispunha de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções de confiança.

Por desconhecer as características gerais dessas figuras, procurou um advogado, que o informou que o seu ingresso no serviço público:

- (A) somente seria possível, sem a prévia realização de concurso público, com a nomeação direta para um cargo em comissão;
- (B) somente seria possível com a nomeação direta para um cargo de provimento efetivo ou para um cargo em comissão;
- (C) somente seria possível, sem a prévia realização de concurso público, com a nomeação para uma função de confiança;
- (D) exigiria a prévia aprovação em concurso público para a nomeação para um cargo de provimento efetivo, um cargo em comissão ou uma função de confiança;
- (E) seria possível com a nomeação direta para um cargo de provimento efetivo, um cargo em comissão ou uma função de confiança.

29

Ednaldo, brasileiro naturalizado, e Pedro, estrangeiro residente no País, travaram intenso debate a respeito de quem seria titular dos direitos fundamentais referidos no art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil. Considerando a situação jurídica de Ednaldo e de Pedro, é correto afirmar, em relação aos referidos direitos fundamentais, que:

- (A) somente Ednaldo, por ser brasileiro, é titular desses direitos;
- (B) Ednaldo e Pedro, por determinação constitucional, são titulares desses direitos;
- (C) Ednaldo e Pedro, por não serem brasileiros natos, não são titulares desses direitos;
- (D) Pedro, ainda que se naturalize brasileiro, não poderá titularizar esses direitos de imediato;
- (E) Ednaldo somente irá titularizá-los dez anos após a sua naturalização.

30

Logo no início da legislatura, um grupo de Deputados Estaduais procurou se inteirar das competências legislativas passíveis de serem exercidas pelo Estado. Após realizar um alentado estudo da Constituição da República Federativa do Brasil, formulou diversas proposições a esse respeito, mas concluiu que somente uma delas era compatível com o nosso sistema constitucional.

A esse respeito, é correto afirmar que:

- (A) o Estado somente pode exercer as competências enumeradas exaustivamente na Constituição da República;
- (B) a competência dos Estados está exaustivamente enumerada nas Constituições da República e do Estado;
- (C) somente as matérias afetas ao interesse local estão sujeitas à competência dos Estados;
- (D) são reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição da República;
- (E) a competência dos Estados está detalhada em lei complementar editada pela União.

31

Enaldo, estudante de direito, leu um alentado livro a respeito da Teoria Geral do Estado e constatou que a forma de Estado adotada pela República Federativa do Brasil é a federação. Ao questionar os seus amigos a respeito de que entes integrariam a federação brasileira e quais as suas características essenciais, recebeu várias opiniões diferentes.

Assinale a única que se compatibiliza com o sistema constitucional brasileiro:

- (A) é integrada por União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios e tem como característica a dissolubilidade;
- (B) é formada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios e tem como característica a indissolubilidade;
- (C) pode ser integrada por qualquer Estado ou Município que anua em observar as regras constitucionais;
- (D) é formada por União, Estados e Municípios e tem como característica a indissolubilidade;
- (E) é integrada por União, Estados, Distrito Federal e Municípios e somente pode ser dissolvida mediante plebiscito.

32

Ernesto possuía uma grande área de terra, que estava em frente a uma avenida e confrontava, nos fundos, com a praia da região e, dos lados, com um prédio do Estado que abrigava uma repartição pública e com um terreno do Estado abandonado há décadas. Em determinado dia, recebeu correspondência da secretaria de obras informando que a cerca que estava construindo para garantir a segurança de sua propriedade invadira um bem dominical ali existente.

É correto afirmar que tem a natureza jurídica de bem dominical:

- (A) apenas a avenida;
- (B) apenas a praia;
- (C) a praia e a avenida;
- (D) o prédio que abriga a repartição pública;
- (E) o terreno abandonado.

Técnica Legislativa e Noções do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

33

Após a mídia divulgar matéria jornalística denunciando grave desvio de verba pública em órgão público do Estado do Rio de Janeiro, a Assembleia Legislativa resolveu instaurar comissão parlamentar de inquérito para apurar os fatos.

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tal comissão tem, além de outros poderes previstos no Regimento Interno da Casa, poderes de investigação próprios das autoridades:

- (A) judiciais e será criada automaticamente, no prazo máximo de quarenta e oito horas após o requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo;
- (B) legislativas e será criada automaticamente, no prazo máximo de cinco dias após o requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato certo e por prazo indeterminado;
- (C) legislativas e será criada automaticamente, no prazo máximo de quinze dias após o requerimento da metade dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato determinado e por prazo certo;
- (D) administrativas e será criada automaticamente, no prazo máximo de vinte e quatro horas após o requerimento da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato certo e por prazo determinado;
- (E) tributárias e será criada automaticamente, no prazo máximo de cinco dias após o requerimento da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, para apuração de fato certo e por prazo determinado.

34

De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Mesa Diretora da Assembleia:

- (A) é órgão singular, de titularidade do Presidente da Casa Legislativa, a quem compete tomar as providências necessárias para o funcionamento da Assembleia, em qualquer setor ou sob quaisquer circunstâncias;
- (B) reúne-se ordinariamente uma vez por mês, em dia e hora prefixados, e extraordinariamente, sempre que convocada pelo Presidente ou por três de seus membros efetivos;
- (C) é formada por um Presidente, três Vice-Presidentes e um Secretário, que poderão fazer parte de lideranças e de comissões permanentes, sem prejuízo das funções inerentes à mesa;
- (D) compõe-se de um Presidente, quatro Vice-Presidentes, quatro Secretários e quatro suplentes, que substituirão os Vice-Presidentes e os Secretários em suas eventuais faltas às reuniões, ocasião em que terão também direito a voto;
- (E) constitui o órgão colegiado superior da Casa Legislativa e é formada por cinco membros eleitos pelos Deputados, que perderão a função quando deixarem de comparecer a três reuniões consecutivas sem causa justificada.

35

Governador do Estado do Rio de Janeiro vetou projeto de lei que versava sobre meio ambiente encaminhado pela Assembleia Legislativa, após parecer exarado por Procurador do Estado, que concluiu pela inconstitucionalidade do ato normativo.

Com a devolução do projeto de lei vetado, consoante dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a Casa Parlamentar:

- (A) obrigatoriamente deverá arquivá-lo, pois está vinculada ao parecer que apontou inconstitucionalidade no projeto;
- (B) obrigatoriamente deverá arquivá-lo, independentemente do motivo do veto, por observância ao princípio da separação dos poderes;
- (C) poderá rejeitar o veto e enviar o projeto ao Governador, para promulgação;
- (D) poderá rejeitar o veto, hipótese em que o Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Legislativa deverá publicar a lei no prazo de trinta dias;
- (E) poderá rejeitar o veto, hipótese em que o Presidente da Assembleia Legislativa deverá publicar a lei no prazo de quarenta e oito horas.

36

Em relação às comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, seu Regimento Interno dispõe que:

- (A) os membros das comissões permanentes e das temporárias serão designados mediante indicação dos líderes de partido ou bloco parlamentar, por ato do Presidente da Assembleia publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo;
- (B) as comissões permanentes são aquelas constituídas com finalidades especiais e são compostas por cinco membros, eleitos pelo votos dos Deputados;
- (C) as comissões permanentes e temporárias são compostas por sete membros eleitos pelos votos dos Deputados, independentemente da proporcionalidade partidária;
- (D) os membros suplentes das comissões temporárias poderão votar no caso de o membro efetivo do seu partido estar licenciado, sendo vedado, contudo, participar dos trabalhos da respectiva comissão;
- (E) as comissões temporárias são constituídas por três membros com finalidades específicas e extinguem-se necessariamente com o término da legislatura.

37

No que tange às sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, seu regimento interno estabelece que serão:

- (A) preparatórias aquelas diurnas, com início às quatorze horas e trinta minutos e término às dezoito horas e trinta minutos, realizando-se de terça a sexta-feira, com objetivo de preceder os trabalhos das comissões e do plenário da Casa Legislativa;
- (B) extraordinárias aquelas diurnas ou noturnas, antes ou depois das sessões ordinárias, ou aos sábados e feriados, e serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da maioria absoluta da Assembleia, a requerimento de qualquer Deputado;
- (C) ordinárias aquelas diurnas ou noturnas, e terão a duração máxima de três horas, mesmo que devam se prolongar pelo dia seguinte ao da convocação, devendo ser respeitados os temas previstos na ordem do dia;
- (D) extraordinárias aquelas noturnas, que podem ser convocadas inclusive em finais de semana e feriados, e poderão ser prorrogadas por requerimento escrito de qualquer Deputado, pelo prazo máximo de uma hora;
- (E) ordinárias aquelas diurnas ou noturnas, e terão a duração máxima de seis horas, podendo ser prorrogadas por mais duas horas, mediante encaminhamento de votação dos líderes das bancadas.

38

Em matéria de emendas, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro estabelece que:

- (A) os substitutivos são emendas que alteram substancialmente as proposições, e só podem ser apresentados por comissões, com a assinatura da maioria absoluta de seus membros;
- (B) as emendas só podem ser apresentadas na fase de discussão, vedada sua sugestão quando as proposições estiverem em exame nas comissões ou quando em Ordem do Dia;
- (C) não são aceitas subemendas ou substitutivos, ainda que tenham relacionamento imediato com a matéria da proposição principal;
- (D) não são aceitas emendas modificativas, que são aquelas que alteram outra sem modificá-la substancialmente;
- (E) são aceitas emendas modificativas, que são aquelas que mandam erradicar qualquer parte de outra ou que pretendem suceder a outra.

39

Em tema de fases de elaboração legislativa, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro dispõe que discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário.

Nesse contexto, o mencionado diploma normativo dispõe que:

- (A) poderá o Deputado permanecer na tribuna além do tempo que lhe for determinado por, no máximo, quinze minutos, permitida uma prorrogação;
- (B) o serviço de taquigrafia prosseguirá o apanhamento mesmo quando for cassada a palavra do Deputado, em qualquer fase de discussão ou de votação;
- (C) o orador, ao ocupar a tribuna, não poderá ter o seu discurso interrompido pelo Presidente para recepção de personalidade de excepcional relevo;
- (D) o Deputado, ao ocupar a tribuna para discursar, ao dirigir-se a qualquer colega, dar-lhe-á o tratamento formal de "Vossa Senhoria";
- (E) o Presidente poderá cassar a palavra do Deputado que, embora por ele advertido, insista em falar, infringindo, assim, o Regimento.

40

Em tema de controle interno, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro determina que a administração contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial e o sistema de controle interno serão coordenados e executados por órgãos próprios integrantes da estrutura dos serviços administrativos:

- (A) do Tribunal de Contas Estadual, sob a supervisão do Primeiro-Secretário;
- (B) do Tribunal de Contas Estadual, sob a supervisão do Vice-Presidente;
- (C) do Tribunal de Contas Estadual, sob a supervisão do Presidente;
- (D) da Assembleia, sob a supervisão do Primeiro-Secretário;
- (E) da Assembleia, sob a supervisão do Presidente.

Conhecimentos Específicos**41**

Certa entidade tem uma obrigação tributária a pagar, no montante de R\$ 100.000,00 com juros de 5% ao ano, sem correção monetária, com pagamento em parcela única ao final de 24 meses. A taxa de juros do mercado é de 10% ao ano.

De acordo com as normas do CPC 12, o valor presente inicial dessa obrigação é:

- (A) R\$ 110.250,00;
- (B) R\$ 109.750,57;
- (C) R\$ 100.000,00;
- (D) R\$ 91.115,70;
- (E) R\$ 82.644,63.

42

O Pronunciamento CPC 16 (R1) orienta a mensuração dos custos de estoque de prestador de serviços, quando esses têm estoques de serviços em andamento.

Um dos custos atribuíveis a esses estoques são:

- (A) comissões de vendas;
- (B) gastos com divulgação dos serviços prestados;
- (C) gastos gerais incluídos nos preços dos serviços;
- (D) margens de lucro incluídas nos preços dos serviços;
- (E) salários do pessoal de supervisão.

43

Certa entidade revisou os cálculos das perdas com créditos de liquidação duvidosa ao final de um determinado exercício com base em novas informações disponíveis e confiáveis.

De acordo com as definições do CPC 23, essa revisão constitui uma:

- (A) mudança de estimativa e deve ser aplicada prospectivamente;
- (B) mudança de estimativa e deve ser aplicada retrospectivamente;
- (C) mudança de prática contábil e deve ser aplicada prospectivamente;
- (D) mudança de política contábil e deve ser aplicada retrospectivamente;
- (E) retificação de erro e deve ser aplicada retrospectivamente.

44

De acordo com o CPC 06 (R1), o arrendamento mercantil é um acordo pelo qual o arrendador transmite ao arrendatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado.

Nesse tipo de contrato:

- (A) a depreciação será reconhecida tanto quando se tratar de arrendamento mercantil operacional como financeiro;
- (B) a política de depreciação dos ativos deve ser consistente com a política dos demais ativos de propriedade da entidade;
- (C) no arrendamento mercantil financeiro, a depreciação deve ser reconhecida sempre durante o prazo do arrendamento;
- (D) no arrendamento mercantil operacional, os encargos financeiros devem ser apropriados no começo do prazo contratual;
- (E) no arrendamento mercantil operacional, a depreciação deve ser reconhecida sempre durante o prazo de vida útil do ativo.

45

Considere os dados do Quadro 02 a seguir, originados do sistema de contabilidade de uma entidade pública, relativos ao último exercício financeiro:

Descrição	Valor
Amortização de empréstimos	110.000,00
Aquisição de veículos	130.000,00
Baixa de ativos por obsolescência	32.000,00
Bens recebidos em doação	25.000,00
Construção de imóveis	690.000,00
Contratação de operações de crédito	250.000,00
Doação de bens inservíveis	18.000,00
Ganhos na alienação de bens	11.000,00
Juros e encargos da dívida	37.000,00
Perdas de ativos por furto	45.000,00
Receitas derivadas	415.000,00
Redução ao valor recuperável de ativos	21.000,00
Transferências recebidas	200.000,00

A partir dos dados apresentados, as operações que causam redução no patrimônio líquido da entidade totalizam:

- (A) 135.000,00;
- (B) 153.000,00;
- (C) 263.000,00;
- (D) 513.000,00;
- (E) 1.180.000,00.

46

Considerando os dados apresentados no Quadro 02, o total das operações que não têm impacto no patrimônio é:

- (A) 1.510.000,00;
- (B) 1.423.000,00;
- (C) 1.187.000,00;
- (D) 1.180.000,00;
- (E) 820.000,00.

47

Dentre as informações que devem ser geradas e disponibilizadas pelo Poder Legislativo em todos os entes governamentais está o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), previsto na LRF.

Considerando as disposições legais e normativas para elaboração do RGF, é correto afirmar que:

- (A) no primeiro e segundo quadrimestre, as assembleias legislativas publicarão somente o demonstrativo da despesa com pessoal e o demonstrativo simplificado do RGF;
- (B) no último quadrimestre, as informações fiscais do Poder Legislativo são publicadas apenas de forma consolidada com o Poder Executivo;
- (C) o anexo relativo ao demonstrativo da dívida consolidada será publicado pelos órgãos do Poder Legislativo apenas no último quadrimestre;
- (D) o anexo relativo ao demonstrativo da despesa com pessoal dos órgãos do Poder Legislativo será publicado em todos os quadrimestres;
- (E) o controle do limite de despesa com pessoal da assembleia legislativa e do tribunal de contas é realizado de forma consolidada.

48

As informações do Quadro 01 a seguir, expressas em milhares de reais, foram obtidas dos registros contábeis de uma empresa que elabora suas demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Descrição	Valores
Custo das mercadorias vendidas	208.000,00
Despesas Operacionais	89.000,00
Despesa com vendas	43.000,00
Ganhos derivados da conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior	9.500,00
Ganhos na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda	18.500,00
Lucro antes dos juros e impostos	142.000,00
Perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido	7.100,00
Receitas de vendas	482.000,00
Tributos sobre ganhos na remensuração de ativos	5.400,00
Lucro Líquido do Exercício	72.000,00

A partir das informações do quadro e das definições do CPC 26 (R1), o resultado abrangente do período é:

- (A) 15.500,00;
- (B) 56.500,00;
- (C) 72.500,00;
- (D) 87.500,00;
- (E) 157.500,00.

49

Na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado das empresas em geral, as perdas apuradas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos devem ser apresentadas junto com o valor:

- (A) da depreciação, amortização e exaustão;
- (B) dos insumos adquiridos de terceiros;
- (C) do valor adicionado bruto;
- (D) do valor adicionado a distribuir;
- (E) do valor adicionado recebido em transferência.

50

Ao final do exercício de 2015, uma determinada entidade pública iniciou o processo de revisão do valor patrimonial dos seus ativos. O extrato a seguir (Quadro 03) refere-se a um conjunto de equipamentos adquiridos para a Secretaria de Saúde do ente.

Quadro 3

Data de aquisição	01/07/2008
Custo de aquisição	360.000,00
Valor residual	10%
Vida útil	10 anos

A partir dos dados informados e considerando que o conjunto de ativos entrou em operação logo que foi adquirido, o valor líquido contábil ao final do exercício de 2015 é:

- (A) 81.000,00;
- (B) 90.000,00;
- (C) 97.200,00;
- (D) 108.000,00;
- (E) 117.000,00.

51

O processo de revisão do valor patrimonial do conjunto de ativos representado no Quadro 03 revelou necessidade de revisão do seu valor recuperável. Dessa forma, foi apurado que o valor em uso desses ativos ao final de 2015 representa 100.000,00. Como se trata de ativos específicos para a necessidade do ente, o valor líquido de venda não pode ser apurado.

A partir das informações apresentadas, ao final de 2015, a entidade:

- (A) deverá reconhecer uma valorização de 9.000,00;
- (B) deverá reconhecer uma valorização de 2.800,00
- (C) deverá reconhecer uma perda de 8.000,00;
- (D) deverá reconhecer uma perda de 17.000,00;
- (E) não deverá reconhecer nenhuma perda ou ganho.

52

Uma transação sem contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços ou tem passivos extintos e entrega valor irrisório ou nenhum valor em troca (Portaria STN nº 700/2014).

Considerando a estrutura da Administração Pública brasileira e a perspectiva das transações sem contraprestação, é correto afirmar que:

- (A) ativos oriundos de transação sem contraprestação devem ser reconhecidos quando a entidade tiver controle dos recursos;
- (B) essas transações representam uma parte pouco significativa das VPA das entidades públicas;
- (C) nas transações sem contraprestação, os impostos deverão ser conhecidos como VPA quando arrecadados;
- (D) o ativo obtido em transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo custo;
- (E) recursos recebidos antecipadamente não serão reconhecidos como ativos em transações sem contraprestação.

53

O Código Civil apresenta uma classificação dos bens públicos de acordo com a sua utilidade no âmbito das atividades da Administração Pública.

De acordo com essa classificação:

- (A) o uso comum dos bens públicos deve ser sempre gratuito;
- (B) os bens de uso especial apresentam estrutura de direito privado;
- (C) os bens dominicais constituem objeto de direito pessoal das entidades públicas;
- (D) os bens de uso comum são alienáveis enquanto conservarem sua qualificação;
- (E) todos os bens de uso comum possuem significância histórica, cultural ou ambiental.

54

A necessidade de uma informação contábil possuir valor preditivo ou valor confirmatório, conforme a Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis, aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, está associada à característica qualitativa da:

- (A) comparabilidade;
- (B) confiabilidade;
- (C) fidedignidade;
- (D) materialidade;
- (E) relevância.

55

O departamento de contabilidade de uma entidade pública precisa registrar um ativo no subgrupo Imobilizado, como Máquinas e Equipamentos, e definir sua vida útil para fins de depreciação. O manual do fabricante informa que a vida útil máxima da máquina é de 8 anos; o regulamento do Imposto de Renda permite que máquinas e equipamentos sejam depreciados em até 5 anos; a entidade, por questões operacionais, tem a prática de trocar esse tipo de máquina a cada 4 anos.

De acordo com as definições do MCASP, a vida útil desse ativo é de:

- (A) 4 anos;
- (B) 5 anos;
- (C) 5 anos e 8 meses;
- (D) 8 anos;
- (E) depende de legislação específica.

56

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o valor justo (*fair value*) é o valor pelo qual um ativo pode ser intercambiado ou um passivo pode ser liquidado entre partes interessadas que atuam em condições independentes e isentas ou conhecedoras do mercado.

Para fins de reconhecimento inicial como elemento patrimonial, trata-se de um exemplo de ativo que deve ser registrado a valor justo:

- (A) ativos intangíveis;
- (B) ativos imobilizados obtidos a título gratuito;
- (C) disponibilidades financeiras em moeda estrangeira;
- (D) estoques de resíduos e refugos;
- (E) participações em consórcios públicos.

57

Na avaliação de sistemas de controle interno concebidos a partir da Estrutura Integrada proposta pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), a análise sobre as iniciativas da organização para que as pessoas assumam responsabilidade por suas funções de controle interno na busca por objetivos está relacionada ao componente:

- (A) avaliação de riscos;
- (B) atividades de controle;
- (C) ambiente de controle;
- (D) fixação de objetivos;
- (E) monitoramento.

58

Considerando a estrutura de demonstrações contábeis proposta no MCASP, a demonstração contábil que apresenta o detalhamento das receitas originárias e derivadas é o (a):

- (A) Balanço Financeiro;
- (B) Balanço Orçamentário;
- (C) Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- (D) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- (E) Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

59

A Lei Federal nº 8.429/1992 trata dos atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos e os apresenta em três tipos: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam prejuízo ao erário e os que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Constitui um exemplo de ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito:

- (A) agir negligentemente na arrecadação de tributos;
- (B) deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo;
- (C) frustrar a licitude de concurso público;
- (D) ordenar a realização de despesas não autorizadas;
- (E) usar, em proveito próprio, bens integrantes do patrimônio das entidades públicas.

60

O orçamento surgiu no setor público como instrumento de controle. A consolidação da democracia e o crescimento das atribuições do Estado criaram a necessidade de desenvolvimento de modelos orçamentários condizentes com as necessidades da Administração Pública.

Um elemento que caracteriza a concepção moderna de orçamento público é:

- (A) ausência de integração entre planejamento e orçamento;
- (B) ênfase na redução dos gastos públicos;
- (C) influência da lógica empresarial;
- (D) neutralidade das finanças públicas;
- (E) papel secundário do aspecto econômico.

61

Considere as informações sobre receitas constantes no Quadro 04 a seguir.

(1) Decorrem da exploração de atividades econômicas	()	Operações de crédito
(2) Não devem ultrapassar o valor das despesas de capital	()	Receita de alienação de bens
(3) Não impactam a situação líquida patrimonial	()	Receitas extraorçamentárias
(4) Receitas de caráter coercitivo	()	Receitas originárias
(5) Recursos financeiros de caráter temporário	()	Receitas tributárias
(6) Reduzem a autonomia financeira do ente	()	Transferências correntes

A sequência que apresenta a correspondência correta é:

- (A) 2 - 3 - 5 - 1 - 4 - 6;
- (B) 2 - 6 - 4 - 5 - 1 - 3;
- (C) 3 - 2 - 5 - 6 - 1 - 4;
- (D) 3 - 2 - 5 - 1 - 4 - 6;
- (E) 5 - 2 - 3 - 1 - 6 - 4.

62

Segundo as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, a atividade de auditoria interna deve ser independente e os auditores internos devem ser objetivos ao executar seus trabalhos.

A independência dentro da organização é alcançada de forma efetiva quando o executivo chefe de auditoria se reporta funcionalmente ao conselho.

São exemplos de reporte funcional quando o Conselho tem autonomia para:

- I - aprovar o estatuto de auditoria interna;
- II - aprovar o orçamento de auditoria;
- III - aprovar a remuneração do executivo chefe de auditoria;
- IV - definir o escopo da auditoria interna.

Está correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) I, II e IV.

63

A metodologia utilizada para a estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) foi a segregação das contas contábeis em grandes grupos, de acordo com as características dos atos e fatos nelas registrados.

De acordo com as disposições com a segregação das contas:

- (A) a consolidação de contas ocorre com as informações do quarto nível de segregação;
- (B) as classes de contas podem ser integradas entre as diferentes naturezas de informação;
- (C) as classes que envolvem contas de receitas e despesas reconhecidas por competência são de natureza patrimonial;
- (D) os entes da federação não devem detalhar as contas além dos níveis do PCASP em decorrência da consolidação;
- (E) os planos de contas dos entes da Federação deverão ter pelo menos cinco níveis.

64

Uma entidade pública foi acionada judicialmente em decorrência de constrangimento que um usuário alega ter sofrido por parte de um servidor da entidade. Em decorrência dos autos processuais e do julgamento de casos semelhantes, o setor jurídico considera provável que a entidade seja condenada na ação, mas ainda não tem elementos suficientes para fazer estimativas confiáveis do valor a ser desembolsado.

De acordo com as disposições do *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS) 19 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e do MCASP, o tratamento a ser dado a esse fato é:

- (A) reconhecer como provisão, por ser provável a saída de recursos;
- (B) reconhecer como passivo contingente, por ser obrigação presente;
- (C) registrar um passivo contingente em contas de controle;
- (D) reconhecer como obrigações contingentes, em decorrência da incerteza;
- (E) não registrar o fato, por não haver informações precisas sobre o desdobramento do processo.

65

O estágio de execução da receita orçamentária que, a partir da ocorrência do fato gerador, identifica o sujeito passivo é o (a):

- (A) arrecadação;
- (B) empenho;
- (C) lançamento;
- (D) liquidação;
- (E) previsão.

66

Em um dado exercício, o orçamento de uma entidade pública previu receitas de 80 milhões. A arrecadação excedeu em 10% a previsão. Foram abertos créditos adicionais, que aumentaram a despesa fixada em 6 milhões. Quanto à despesa, não houve economia orçamentária do montante fixado. A inscrição em restos a pagar totalizou 9,5 milhões.

A partir das disposições do regime orçamentário, o montante da despesa executada foi de:

- (A) 88 milhões;
- (B) 86 milhões;
- (C) 80 milhões;
- (D) 78,5 milhões;
- (E) 76,5 milhões.

67

Dentre as DCASP, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

Acerca da estrutura do Balanço Patrimonial proposta pelo MCASP, é correto afirmar que:

- (A) a conta VPD paga antecipadamente pode ser evidenciada tanto no Ativo Circulante como no Não Circulante;
- (B) a conta de Resultado Diferido é apresentada como detalhamento do Patrimônio Líquido;
- (C) a segregação das contas obedece à lógica da necessidade de autorização legislativa para movimentação;
- (D) as contas relativas aos restos a pagar não processados são evidenciadas no Passivo Circulante;
- (E) o quadro principal do Balanço Patrimonial evidencia o superávit financeiro do exercício.

68

Durante o exercício financeiro, em um determinado ente público foram levantadas as informações apresentadas no quadro, a seguir, com o objetivo de apurar o montante do superávit financeiro do exercício anterior para fins de abertura de créditos adicionais.

Ativo financeiro	185.000,00
Passivo financeiro	72.000,00
Créditos adicionais transferidos	53.000,00
Operações de crédito vinculadas não recebidas	21.000,00
Créditos extraordinários abertos no exercício	15.000,00

A partir das informações apresentadas, o montante disponível é:

- (A) 24.000,00;
- (B) 45.000,00;
- (C) 66.000,00;
- (D) 81.000,00;
- (E) 113.000,00.

69

A elaboração do orçamento público é baseada em alguns princípios que servem como balizadores do formato e do conteúdo do orçamento.

A elaboração detalhada do orçamento, que expresse a origem dos recursos e sua aplicação em cada exercício está em consonância com o princípio da:

- (A) clareza;
- (B) especificação;
- (C) exclusividade;
- (D) publicidade;
- (E) transparência.

70

A operação que envolve o repasse de recursos financeiros da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro é denominada:

- (A) destaque;
- (B) descentralização interna;
- (C) provisão;
- (D) transposição;
- (E) transferência financeira.

Realização

